



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

EDITAL

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP PMSG EXCLUSIVO PARA MICROEMPREENDEDOR
INDIVIDUAL, MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS Nº
061/2019.**

INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 056/2019
(Processo Administrativo n.º 9.320/2019 e 12.049/2019)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Município de São Gonçalo, por intermédio da Secretaria Municipal de Compras e Suprimentos, realizará licitação para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço por item, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Federal n. 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto Municipal nº 142, de 04 de agosto de 2004, do Decreto Municipal nº 057, de 10 de março de 2009, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas atualizações, da Lei Municipal nº 357/2011, a Instrução Normativa SEGES/MPDG n. 03/2018, aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 14/10/2019.

Horário: 10:00 h

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

**1.1 AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS NECESSÁRIAS PARA ATENDIMENTO DA
NECESSIDADE DOS DCO'S E PARQUES E JARDINS E USINA DO MUNICÍPIO DE
SÃO GONÇALO – RJ.**

1.2 A licitação será pelo tipo de menor preço por item, conforme tabela constante no Termo de Referência.

2. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1 O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

2.2 O órgão participante será a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

3. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Com propósito de estimular e incentivar fomento de competidores para o certame o qual deflui em persecução a proposta mais vantajosa, poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto Municipal nº 057, de 2009.

3.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

3.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.4. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, na forma do Art. 8º, § 3º do Decreto Municipal nº 057/2009 e na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem. Conforme Decreto nº 7.892/2014, alterado pelo Decreto Federal nº 8.488/2018 e Decreto Estadual nº 44.857/2014.

3.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

3.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

4 DO CREDENCIAMENTO

4.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

4.2 O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, com a solicitação de *login* e senha pelo interessado.

4.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.4 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

5 DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

5.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018.

5.1.1 Em relação ao objeto a ser contratado, a participação é exclusiva a microempreendedor individual, microempresas, empresas de pequeno porte, equiparadas e sociedades cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

5.1.2 Na hipótese de deserção ou fracasso dos itens destinados à participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas na



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

forma do item anterior, será realizada a republicação do edital, com ampla participação, sem exclusividade para os respectivos itens, o que será precedido de competente justificativa e autorização pelas autoridades competentes.

5.2 Não poderão participar desta licitação os interessados:

5.2.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.2.2 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.2.3 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

5.2.4 Empresas que se encontrem sob o regime falimentar;

5.2.5 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

5.3 Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.3.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

5.3.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

5.3.3 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.3.4 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

5.3.5 que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

5.4 Para fins de deste Edital, entende-se por Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte aptas a participar do presente certame aquelas definidas no Artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/06 e que não se enquadram em nenhuma das situações previstas no § 4º deste mesmo Artigo 3º da Lei Complementar 123/06.

5.4.1 Entende-se por Microempreendedores Individuais aptos a participar do presente certame aqueles definidos na Lei Complementar 128/08.

5.4.2 Os Microempreendedores Individuais, as Microempresas e as Empresas de Pequenos Porte doravante serão designadas respectivamente por MEI/ME/EPP.

5.4.3 O MEI/ME/EPP deverá entregar fora dos envelopes e no momento do credenciamento e representação, a declaração de enquadramento.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

6 DO ENVIO DA PROPOSTA

6.1 O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

6.2 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

6.3 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5 Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

6.6 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.6.1 valor unitário por item;

6.6.2 valor global do item;

6.6.3 a quantidade de unidades, observada a quantidade mínima fixada no Termo de Referência;

6.6.3.1 em não havendo quantidade mínima fixada, deverá ser cotada a quantidade total prevista.

6.7 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.

6.8 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.9 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7 DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

7.2.1 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.2 A aceitação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito nas fases subsequentes.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

7.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário, limitado a quatro casas decimais.

7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.7.1 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos.

7.8 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.9 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.10 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.11 Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

7.12 A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.13 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

7.14 Ao final do procedimento, após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

7.14.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

8 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1 Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

8.2. Não será aceita a proposta ou lance vencedor cujo preço seja incompatível com o estimado pela Administração ou manifestamente inexequível.

8.2.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos.

8.3 **A proposta de preço contendo as especificações detalhadas dos itens ofertados, com o valor atualizado da licitante detentora da melhor oferta, *folders*/encartes de cada item que compõe o grupo/item vencedor, se for o caso; assim como a sua documentação de habilitação, DEVERÁ ser enviada ELETRONICAMENTE, NO PRAZO DE 24 hrs (vinte e quatro) horas contando da solicitação do Pregoeiro, por meio da opção “ENVIAR ANEXO” do Portal Comprasnet, em arquivo único.**

8.4 Caso a Licitante não logre êxito em enviar eletronicamente ou equivocar-se no envio do arquivo através do sítio oficial (COMPRASNET), deverá oficializar a solicitação ao Pregoeiro da reabertura do prazo remanescente no sistema, através de e-mail: **pregaoeletronico@pmsg.rj.gov.br** contendo o “*printscreen*” da tela e aviso por telefone (21) **2199-6442 / 2199-6329**. Tal solicitação não será garantia da reabertura de prazo após a análise do Pregoeiro.

8.5 Caso o sítio oficial (COMPRASNET) esteja indisponível, deverá registrar através da Plataforma de Atendimento disponível no Portal de Compras Governamentais (<http://portaldeservicos.planejamento.gov.br> ou 0800-978-9001) um acionamento do ocorrido, remetendo o protocolo através de e-mail: **pregaoeletronico@pmsg.rj.gov.br** e aviso por telefone (21) **2199-6442 / 2199-6329** ao Pregoeiro para reabertura do prazo remanescente no sistema. Após análise do Pregoeiro em consulta ao SERPRO, tal solicitação não será garantia da reabertura de prazo.

8.6 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.7.1 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.7.2 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.7.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.8 Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.9 Nos itens em que for admitido oferecer quantitativos inferiores, se a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, respeitada a ordem



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

de classificação, poderão ser convocados tantos quantos forem necessários para alcançar o total estimado, observado o preço da proposta vencedora.

9 DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF;

9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

9.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:7263467310545:::P3_TIPO_RELACAO:INID_ONEO);

9.1.5. Lista de Empresas Sancionadas, mantida pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE/RJ (<https://www.tce.rj.gov.br/empresas-sancionadas>);

9.1.6. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.7. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.2. O Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica e à regularidade fiscal e trabalhista, conforme disposto na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018.

9.2.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

9.2.2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, **conforme previsto pelo subitem 8.3**, no prazo de 24(vinte e quatro) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e das sociedades cooperativas, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.3. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, nas condições seguintes:

9.4. Habilitação jurídica:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

- 9.4.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.4.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.4.3. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- 9.4.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 9.4.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;
- 9.4.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- 9.5. Regularidade fiscal e trabalhista:
- 9.5.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 9.5.2. prova de regularidade com a Fazenda Nacional (certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados, conforme art. 1º, inciso I, do Decreto nº 6.106/07);
- 9.5.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa de Débitos e da Certidão Negativa de Dívida Ativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.
- 9.5.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de Débitos e da Certidão Negativa de Dívida Ativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.
- 9.5.5. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.5.6. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.5.7. caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte, ou sociedade cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
- 9.6 Em caso de anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, deverá ser comprovado, no momento da entrega da



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente, sob pena de inabilitação.

9.7 Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados pelos licitantes **conforme o subitem 8.3, ou seja, ELETRONICAMENTE, NO PRAZO DE 24 hrs (vinte e quatro) horas contando da solicitação do Pregoeiro, por meio da opção “ENVIAR ANEXO” do Portal Comprasnet, em arquivo único, observado o disposto no item 8.7 deste edital.**

9.7.1 Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.8 A menor proposta ofertada pela microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período.

9.8.1 A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.9 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.10 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.11 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.12 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

10 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, **conforme os subitens 8.3 a 8.7 deste edital**, e deverá:

10.1.1 ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2 conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

10.2.1 A proposta final deverá ser encaminhada com os respectivos manuais, encartes/folders e demais informações pertinentes ao(s) respectivo(s) item(ns) vencidos no certame.

11 DOS RECURSOS

11.1 O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

13.3 O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor (es), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

13.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

13.4.1 Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

14 DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

14.1 Dentro da validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado receberá a Nota de Empenho por meio eletrônico ou via postal, ou poderá retirá-la nas dependências de cada órgão participante, no prazo de 05 (cinco) dias após a notificação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.2 Previamente à contratação, será realizada consulta ao SICAF, LISTA DE INIDÔNEOS DO TCU, LISTA DE EMPRESAS SANCIONADAS DO TCE, CNJ E CEIS pela contratante, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público.

14.3 O prazo previsto no subitem 14.1 poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor, e aceita pela Administração.

14.3.1 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o fornecedor registrado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15 - DO PREÇO

15.1 Os preços são fixos e irrevogáveis.

15.2 As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e no Decreto Municipal nº 057, de 2009.

16 DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

16.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

17 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

17.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

18 DO PAGAMENTO

18.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

18.2 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

18.3 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

18.4 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.5 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.6 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.7 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.8 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.9 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.10 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

18.11 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

18.11.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

18.12 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

19 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

19.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 19.1.1 não assinar a ata de registro de preços quando convocado dentro do prazo de validade da proposta, não aceitar/retirar a nota de empenho ou não assinar o termo de contrato decorrente da ata de registro de preços;
- 19.1.2 apresentar documentação falsa;
- 19.1.3 deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 19.1.4 ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 19.1.5 não mantiver a proposta;
- 19.1.6 cometer fraude fiscal;
- 19.1.7 comportar-se de modo inidôneo;

19.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

19.3 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 19.3.1 Multa de **0,33% (zero vírgula trinta e três por cento)** sobre o valor do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do contratado;
- 19.3.2 Impedimento de licitar e de contratar com o Município de São Gonçalo e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

19.4 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

19.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

19.6 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade,

19.7 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19.8 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

20 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

20.1 Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

20.2 A impugnação será realizada na forma eletrônica, por meio do e-mail **pregaoeletronico@pmsg.rj.gov.br**

20.3 Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

20.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

20.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

20.6 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

20.7 As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

21 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

21.2 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.3 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.4 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

21.5 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.7 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.8 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.9 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <http://www.comprasgovernamentais.gov.br> e <http://www.saogoncalo.rj.gov.br/licitacaoc/> e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Secretaria Municipal de Compras e Suprimentos, endereço Rua Feliciano Sodré, nº 100, Centro, SG, nos dias úteis, no horário das 9:00 horas às 16:30 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

21.10 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 21.10.1 ANEXO I - Termo de Referência;
- 21.10.2 ANEXO II – Proposta Comercial;
- 21.10.3 ANEXO III – Planilha Orçamentária;
- 21.10.4 ANEXO IV – Ata de Registro de Preços.

São Gonçalo, 26 de setembro de 2019.

**FERNANDO JOSÉ DA FONSECA MOREIRA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
MATRÍCULA Nº 118.444**



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS NECESSÁRIAS PARA ATENDIMENTO DA NECESSIDADE DOS DCO'S E PARQUES E JARDINS E USINA DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO – RJ.

INTRODUÇÃO

REGISTRO FORMAL DE PREÇOS OBJETIVANDO CONTRATAÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM FORNECIMENTO DE FERRAMENTAS NECESSÁRIAS PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DOS DCO'S, PARQUES E JARDINS E USINA DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO – RJ.

1 – OBJETIVO DO TERMO DE REFERÊNCIA

A presente licitação tem como objetivo **CONTRATAÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM FORNECIMENTO DE FERRAMENTAS NECESSÁRIAS PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DOS DCO'S, PARQUES E JARDINS E USINA DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO – RJ.** pelo sistema de **REGISTRO DE PREÇOS**, conforme as condições e especificações constantes no Termo de Referência.

Ressalta-se que as quantidades informadas pelos setores operacionais citados, nesta licitação referem-se à estimativa de utilização para o período de 12 meses.

Este documento tem por finalidade, fornecer dados e informações mínimas necessárias aos interessados em participar do certame licitatório, promovido para contratação de fornecimento acima referido, bem como estabelecer as obrigações da(s) empresa(s) sobre a(s) qual(is) recairá a adjudicação do certame.

2 – JUSTIFICATIVA

A presente licitação é motivada pela necessidade contratação de empresa para fornecimento parcelado, de acordo com a quantidade solicitada pela **SEMDUR** para aquisição de visa atender de imediato os setores de conservação e produção, sendo: Departamento de Conservação e Obras (D.C.O's) e Parques e Jardins e Usina.

A Contratação para aquisição de ferramentas, objeto deste Termo de referência, tem amparo legal na lei Federal nº10.520 de 17 de julho de 2003 e no Decreto federal nº3.555 de 08 de agosto de 2000, na lei federal nº8.666/93 e suas alterações.

3 – DO FUNDAMENTO LEGAL:

A aquisição dos materiais objetos do presente Termo de Referência, tem amparo legal no Decreto municipal nº142/2004 e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666/93.

4 – OBJETO E QUANTITATIVO

Os materiais e suas respectivas quantidades estão discriminados na planilha abaixo:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT. MIN.	QUANT. MAX.	UNID.	PREVISÃO DE CUSTO	
01	PREGO – 17X27”	20	1100	KG		
02	COLHER DE PEDREIRO DE 8”	10	30	UNID.		
03	COLHER DE PEDREIRO DE 6”	05	15	UNID.		
04	PÁ QUADRADA COM CABO	20	100	UNID.		
05	PÁ DE BICO COM CABO	20	100	UNID.		
06	ENXADA Nº 16 COM CABO	20	100	UNID.		
07	CHIBANCA COM CABO	10	50	UNID.		
08	PICARETA COM CABO	10	50	UNID.		
09	CARRINHO DE MÃO, CAÇAMBA CHAPA 24 DE AÇO CARBONO GALVANIZADA, ESPESSURA (0,60mm), CAPACIDADE DE CARGA SECA 80 L., CARGA LIQUIDA 65 L., PNEU 2 LONAS 8”.	30	150	UNID.		
10	ALAVANCA DE FORÇA RETO (PÉ DE CABRA) 50 cm	10	50	UNID.		
11	CAVADEIRA ARTICULADA DE 1,40M	10	50	UNID.		
12	CAVADEIRA DE FERRO DE BOLA (AÇO LISA PRETA ¾” 1,5)	10	50	UNID.		
13	FOICE COM CABO EUCALIPTO COM OLHO DE: 32 MM CABO DE MADEIRA: 120 CM PINTURA: VERNIZ TRANSPARENTE.	10	40	UNID.		
14	RASTELO COM CABO 12 DENTES	20	100	UNID.		
15	GADANHO FORCADO 4 DENTES COM CABO	10	50	UNID.		
16	GARFO COM CABO 4 DENTES	10	50	UNID.		
17	ANCINHO DE 12 DENTES COM CABO	20	100	UNID.		
18	ANCINHO DE 8 DENTES COM CABO	10	50	UNID.		
19	MACHADO COM CABO CABEÇA EM AÇO FORJADO DE 600GRS CABO DE MADEIRA ENVERNIZADO COMPRIMENTO: 385MM	05	20	UNID.		
20	BALDE PLÁSTICO DE 12L	40	200	UNID.		
21	MARTELO DE PEDREIRO 25 mm	05	20	UNID.		
22	MARTELO DE CALCETEIRO 500gr.	03	03	UNID.		
23	MARTELO DE UNHA 23 mm	05	20	UNID.		
24	DESEMPENADEIRA DE MADEIRA 20X32	05	30	UNID.		
25	MARRETA DE 2 KG COM CABO	05	30	UNID.		
26	MARRETA DE 3 KG COM CABO	05	30	UNID.		
27	MARRETA DE 5 KG COM CABO	10	30	UNID.		
28	PONTEIRO DE ¾” GRANDE	10	50	UNID.		
29	PONTEIRO DE ¾” PEQUENO	10	50	UNID.		
30	TALHADEIRA DE FERRO ¾ COM 30cm	10	50	UNID.		
31	PENEIRA Nº. 10 MÉDIA	10	50	UNID.		
32	ARCO DE SERRA 12”	08	40	UNID.		
33	NIVEL DE MADEIRA 30 cm C/ 12”- BAMBU	02	10	UNID.		
34	PRUMO DE PEDREIRO-LATÃO 500gr	02	10	UNID.		
35	PRUMO DE CENTRO- 200gr	02	10	UNID.		
36	VASSOURA TIPO GARI	150	750	UNID.		
37	CABO DE VASSOURA	200	1000	UNID.		
38	RÉGUA DE ALUMÍNIO COM 2M	04	20	UNID.		
39	SERROTE, LÂMINA EM AÇO CARBONO TEMPERADO E LIXADO, CABO DE MADEIRA, DENTES TRAVADOS, CINCO DENTES POR POLEGADA, TAMANHO 26”	08	40	UNID.		



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

40	LINHA DE PEDREIRO TRANÇADA ROLO COM 100M	16	85	UNID.		
41	METRO DE BAMBÚ COM 2 METROS	05	20	UNID.		
42	BORRACHA DE NÍVEL CRISTAL 5/16X0,8M ROLO	10	50	UNID.		
43	ESQUADRO EM CHAPA "L" GRANDE	03	15	UNID.		
44	TORQUEZ 10"	05	20	UNID.		
45	CABO PARA ENXADA	10	50	UNID.		
46	CABO PARA PICARETA OU CHIBANCA	10	50	UNID.		
47	ALICATE DE BICO 17mm	03	15	UNID.		
48	ALICATE DE PRESSÃO 10"	03	15	UNID.		
49	CHAVE DE GRIFE Nº 14	02	10	UNID.		
50	CHAVE DE GRIFE Nº 18	02	10	UNID.		
51	MACHADINHA (CALCETEIROS)	05	15	UNID.		
52	TARRACHA DE ½"	03	15	UNID.		
53	TARRACHA DE ¾"	03	15	UNID.		
54	TARRACHA DE 1"	03	15	UNID.		
55	CAPA DE CHUVA EM PVC COM MANGA COMPRIDA	40	200	UNID.		
56	CINTO DE SEGURANÇA TALABARTE	02	10	UNID.		
57	CONE DE SEGURANÇA - GRANDE - 75cm	08	40	UNID.		
58	TRINCHA 38 mm 1 ½"	03	03	UNID.		
59	BARBANTE FITILHO ROLO 250M COM 1KG	02	10	KG		
60	PEDRA DE ESMERIL REBOLO CHANFRADO	01	03	UNID.		
61	SERRA CIRCULAR PARA MADEIRA 7.1/4" 1800 WATTS DISCO DE 24 DENTES	01	01	UNID.		
62	DISCO DE SERRA METAL DURA 180x20x24	03	15	UNID.		
63	MOTO SERRA - MS 381	01	01	UNID.		
64	MOTO SERRA - MS 660	01	01	UNID.		
65	MOTO SERRA - MS 361	01	01	UNID.		
66	ROÇADEIRA - FS 220 -GASOLINA	01	01	UNID.		
67	CORRENTE P/ MOTO SERRA - MS 381	05	25	UNID.		
68	CORRENTE P/ MOTO SERRA - MS 660	05	25	UNID.		
69	CORRENTE P/ MOTO SERRA - MS 361	05	25	UNID.		
70	LÂMINA DE SERRA P/ PODÃO	05	15	UNID.		
71	LÂMINA FACA - STIHL FS 220	10	50	UNID.		
72	LIMA PARA CORRENTE DE MOTO SERRA MOD. MS - 8" X 3/16	05	15	UNID.		
73	LIMA REDONDA 8"	05	15	UNID.		
74	VELA DE IGNIÇÃO P/ ROÇADEIRA - FS 220	05	52	UNID.		
75	SERROTE P/ PODA - PROFISSIONAL COM LÂMINA DE 13' E CABO DE MADEIRA	05	25	UNID.		
76	PAZINHA LARGA C/ CABO DE MADEIRA 9cm (JARDIM)	03	15	UNID.		
77	ABRIDOR DE COVAS METÁLICO COM CABO DE MADEIRA (JARDIM)	02	05	UNID.		
78	SACHO COM PÁ	02	05	UNID.		
79	SACHO CORAÇÃO	02	05	UNID.		
80	ESCADA EXTENSIVA DE FIBRA - C/35 DEGRAUS	01	01	UNID.		
81	ESCADA EXTENSIVA DE FIBRA - C/16 DEGRAUS	01	01	UNID.		
82	ESCADA EXTENSIVA DE FIBRA - 2 LANCES - (420M)	01	01	UNID.		
83	REGADOR - 10 LITROS	05	15	UNID.		



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

84	TELA DE NAYLON(MOSQUITEIRO) ROLO COM 10M X 1,50M	05	15	ROLO.		
85	TESOURA DE PODA - CORNETA - PEQUENA 8"	05	15	UNID.		
86	TESOURA DE CORTAR GRAMA, CABO DE MADEIRA, LÂMINA EM AÇO 52 CM.	08	40	UNID.		
87	SERROTE FIXO PARA PODA COM LÂMINA DE 12"	05	25	UNID.		
88	PODÃO MANUAL P/ ARVORES - COM CABO	05	25	UNID.		
89	FACÃO DE MATO 14" POLEGADAS	05	25	UNID.		
90	FACÃO DE MATO 16" POLEGADAS	05	25	UNID.		
91	FACÃO DE MATO 18" POLEGADAS	05	25	UNID.		
92	CATANA 56 cm	01	10	UNID.		
93	FOICE ROÇADEIRA COM CABO DE EUCALIPTO COM OLHO DE:32MM CABO DE MADEIRA: 120 CM	01	01	UNID.		
94	JOGO DE CHAVE DE FENDA PHILIPS – TWISTER (5 PEÇAS)	01	02	UNID.		
95	JOGO DE CHAVE TRAFIX COM 9 PEÇAS	01	01	UNID.		
96	JOGO DE CHAVE DE BOCA 6mm a 32mm	01	01	UNID.		
97	BOTA CANO LONGO - BORRACHA -nº40	20	100	PAR		
98	BOTA CANO LONGO - BORRACHA -nº41	20	100	PAR		
99	BOTA CANO LONGO - BORRACHA -nº42	20	100	PAR		
100	BOTA CANO LONGO - BORRACHA -nº43	10	50	PAR		
101	BOTA CANO LONGO - BORRACHA -nº44	08	40	PAR		
102	CINTO DE SEGURANÇA COM TALABARTE	01	05	UNID.		
103	FITA DE ISOLAMENTO ZEBRADA, AMARELO E PRETO, 7,6 CM X 300 M /ROLO	05	25	ROLO		
104	LUVA DE MÃO PVC - FORRADA - 65mm	40	200	PAR		
105	LUVA DE MÃO CANO CURTO - VAQUETA MISTA	40	200	PAR		
106	LUVA DE MÃO CANO LONGO - VAQUETA MISTA	10	50	PAR		
107	ÓCULOS DE PROTEÇÃO SPECTRA 2000 - INCOLOR (OPERADOR DE MÁQUINAS)	05	25	UNID.		
108	BOTINA DE SEGURANÇA CANO CURTO - nº40	20	100	PAR		
109	BOTINA DE SEGURANÇA CANO CURTO - nº41	20	100	PAR		
110	BOTINA DE SEGURANÇA CANO CURTO - nº42	20	100	PAR		
111	BOTINA DE SEGURANÇA CANO CURTO - nº43	10	50	PAR		
112	BOTINA DE SEGURANÇA CANO CURTO - nº44	08	40	PAR		
113	BOTA TIPO XANCA P/ ASFALTO nº 42	05	20	PAR		
114	BOTA TIPO XANCA P/ ASFALTO nº 43	05	20	PAR		
115	AVENTAL RASPA DE COURO PARA ROÇADOR	03	15	UNID.		
116	COLETE TIPO BLUSÃO INTEIRO - COR LARANJA COM REFLETIVO CRISTAL PARA ENCARREGADO	08	40	UNID.		
117	CORDA POLIAMIDA COM ALMA - 10mm	80	400	M		
118	CORDA POLIAMIDA COM ALMA - 12mm	80	400	M		
119	CORDA POLIAMIDA 12mm PARA TRAVA QUEDAS	40	200	M		
120	CORDA POLIAMIDA 12mm 1/2	40	200	M		
121	MOSQUETÃO AÇO CARBONO OVAL TRAVA ROSCA 25 KN (2500Kg)	02	10	UNID.		
122	VARETA EM AÇO, DIÂMETRO 5/16" - 1,52M COM ACOPLEROSCAR EM AÇO CARBONO COM TRATAMENTO TÉRMICO E REVENIMENTO, DIÂMETRO7/8"	16	80	UNID.		



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

123	SARRAFO DE MADEIRA PINUS DE 05 CM X 3M X 2,5CM	1000	6.000	METRO		
124	SARRAFO DE MADEIRA PINUS DE 10 CM X 3M X 2,5CM	1000	6.000	METRO		
125	SARRAFO DE MADEIRA PINUS DE 15 CM X 3M X 2,5CM	1000	6.000	METRO		
126	TÁBUA DE MADEIRA PINUS 20 CM X 3 M X 2,5CM	1000	6.000	METRO		
127	TÁBUA DE MADEIRA PINUS 30 CM X 3 M X 2,5CM	1000	6.000	METRO		
128	PONTALETE EM PINUS 3X3" COM 3 M	1000	6.000	METRO		
129	FORMA METÁLICA MANUAL PARA BLOCOS DE CONCRETO 9 X 19X 39	1	05	UNID.		
130	FORMA METÁLICA MANUAL PARA BLOCOS DE CONCRETO 14 X 19X 39	1	05	UNID.		
131	ARAME RECOZIDO	200	1.000	KILO		
132	AÇO CA 60 4.2 MM (C/12M)	200	600	VARA		
133	AÇO CA 50 6.3 MM (C/12M)	300	1.500	VARA		
134	AÇO CA 50 8.0 MM (C/12M)	200	1.000	VARA		
135	AÇO CA 50 10 MM (C/12M)	200	1.000	VARA		
136	AÇO CA 50 12,5 MM (C/12M)	200	1.000	VARA		
137	PREGO 18X30"	200	1.000	KILO		
138	LONA CARRETEIRO ENCERADA MEDINDO 7X4 M	05	15	UNID.		

O regime de execução será na forma indireta mediante fornecimento por preço unitário.

5 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

5.1 Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002 e do Decreto Municipal nº 142/2004.

6 ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

6.1 O prazo de entrega dos bens é de 15 dias, contados do recebimento da Nota de Empenho ou assinatura do contrato, em remessa única ou parcelada, no seguinte endereço: Usina de Asfalto do Município, sito a Rua Salvatori nº 2.160, no Bairro Colubandê - São Gonçalo-RJ, no horário de 8:00 as 11:30h e de 13:00h as 17:00h.

6.2 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

6.4.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.2 São obrigações da Contratante:

7.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.2.2 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.2.3 comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.2.4 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.2.5 efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.3 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.2 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.2.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

8.2.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.2.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.2.4 comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

- 8.2.5 manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.2.6 indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9 DA SUBCONTRATAÇÃO

- 9.2 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10 ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 10.2 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11 CONTROLE DA EXECUÇÃO

- 11.2 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 11.2.1 O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
- 11.3 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.4 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12 DO PAGAMENTO

- 12.2 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 12.2.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

- 12.3 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 12.4 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.4.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 12.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 12.6 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 12.7 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 12.8 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 12.9 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 12.10 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 12.11 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 12.12 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

12.13 10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.14 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.14.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.15 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

13 DO REAJUSTE

13.1 Os preços são fixos e irredutíveis na forma da legislação em vigor.

14 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

14.1 Considerando a discricionariedade apontada pelo art. 56 da Lei nº 8.666/93, verifica-se que na presente contratação não demanda a necessidade de exigência de garantia contratual.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

15.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

15.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.3 falhar fraudar na execução do contrato;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

- 15.1.4 comportar-se de modo inidôneo;
- 15.1.5 cometer fraude fiscal.
- 15.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 15.2.1 **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 15.2.2 multa moratória de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- 15.2.3 multa compensatória de 20 % (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 15.2.4 em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 15.2.5** suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 15.2.6 impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 15.2.6.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.
- 15.2.7 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 15.3 As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.5, 13.2.6 e 13.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 15.4 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 15.4.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 15.4.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 15.4.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 15.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 15.6 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

15.7 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1 O recurso para cobrir as despesas da presente licitação correrá a conta do Programa de Trabalho nº. **2059.15.622.2051.2101**, Natureza de Despesa **3.3.90.30.00 - 4.4.90.52.00**e Fonte de Recurso **00**.



Processo nº 9.320/2019
Rubrica: _____ Fls. _____

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

ANEXO II

PROPOSTA COMERCIAL

Proponente:						
Endereço:						
Modalidade: Pregão Eletrônico SRP				Nº 061/2019		
Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias				Prazo de Entrega: Conforme TR. (Anexo I)		
CNPJ.:				Insc. Estadual:		
Condições de Pagamento: CONFORME ESPECIFICADO NO EDITAL						
ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO		
				MARCA	UNIT	TOTAL
1.	1100	KG	PREGO – 17X27"			
2.	30	UNID.	COLHER DE PEDREIRO DE 8"			
3.	15	UNID.	COLHER DE PEDREIRO DE 6"			
4.	100	UNID.	PÁ QUADRADA COM CABO			
5.	100	UNID.	PÁ DE BICO COM CABO			
6.	100	UNID.	ENXADA Nº 16 COM CABO			
7.	50	UNID.	CHIBANCA COM CABO			
8.	50	UNID.	PICARETA COM CABO			
9.	150	UNID.	CARRINHO DE MÃO, CAÇAMBA CHAPA 24 DE AÇO CARBONO GALVANIZADA, ESPESSURA (0,60mm), CAPACIDADE DE CARGA SECA 80 L., CARGA LÍQUIDA 65 L., PNEU 2 LONAS 8".			
10.	50	UNID.	ALAVANCA DE FORÇA RETO (PÉ DE CABRA) 50 cm			
11.	50	UNID.	CAVADEIRA ARTICULADA DE 1,40M			
12.	50	UNID.	CAVADEIRA DE FERRO DE BOLA (AÇO LISA PRETA 3/4" 1,5)			
13.	40	UNID.	FOICE COM CABO EUCALIPTO COM OLHO DE: 32 MM CABO DE MADEIRA: 120 CM PINTURA: VERNIZ TRANSPARENTE.			
14.	100	UNID.	RASTELO COM CABO 12 DENTES			
15.	50	UNID.	GADANHO FORCADO 4 DENTES COM CABO			
16.	50	UNID.	GARFO COM CABO 4 DENTES			
17.	100	UNID.	ANCINHO DE 12 DENTES COM CABO			
18.	50	UNID.	ANCINHO DE 8 DENTES COM CABO			
19.	20	UNID.	MACHADO COM CABO CABEÇA EM AÇO FORJADO DE 600GRS CABO DE MADEIRA ENVERNIZADO COMPRIMENTO: 385MM			
20.	200	UNID.	BALDE PLÁSTICO DE 12L			
21.	20	UNID.	MARTELO DE PEDREIRO 25 mm			
22.	03	UNID.	MARTELO DE CALCETEIRO 500gr.			
23.	20	UNID.	MARTELO DE UNHA 23 mm			
24.	30	UNID.	DESEMPENADEIRA DE MADEIRA 20X32			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

25.	30	UNID.	MARRETA DE 2 KG COM CABO			
26.	30	UNID.	MARRETA DE 3 KG COM CABO			
27.	30	UNID.	MARRETA DE 5 KG COM CABO			
28.	50	UNID.	PONTEIRO DE ¾" GRANDE			
29.	50	UNID.	PONTEIRO DE ¾" PEQUENO			
30.	50	UNID.	TALHADEIRA DE FERRO ¾ COM 30cm			
31.	50	UNID.	PENEIRA Nº. 10 MÉDIA			
32.	40	UNID.	ARCO DE SERRA 12"			
33.	10	UNID.	NIVEL DE MADEIRA 30 cm C/ 12"- BAMBU			
34.	10	UNID.	PRUMO DE PEDREIRO-LATÃO 500gr			
35.	10	UNID.	PRUMO DE CENTRO- 200gr			
36.	750	UNID.	VASSOURA TIPO GARI			
37.	1000	UNID.	CABO DE VASSOURA			
38.	20	UNID.	RÉGUA DE ALUMÍNIO COM 2M			
39.	40	UNID.	SERROTE, LÂMINA EM AÇO CARBONO TEMPERADO E LIXADO, CABO DE MADEIRRA, DENTES TRAVADOS, CINCO DENTES POR POLEGADA, TAMANHO 26"			
40.	85	UNID.	LINHA DE PEDREIRO TRANÇADA ROLO COM 100M			
41.	20	UNID.	METRO DE BAMBÚ COM 2 METROS			
42.	50	UNID.	BORRACHA DE NÍVEL CRISTAL 5/16X0,8M ROLO			
43.	15	UNID.	ESQUADRO EM CHAPA "L" GRANDE			
44.	20	UNID.	TORQUEZ 10"			
45.	50	UNID.	CABO PARA ENXADA			
46.	50	UNID.	CABO PARA PICARETA OU CHIBANCA			
47.	15	UNID.	ALICATE DE BICO 17mm			
48.	15	UNID.	ALICATE DE PRESSÃO 10"			
49.	10	UNID.	CHAVE DE GRIFE Nº 14			
50.	10	UNID.	CHAVE DE GRIFE Nº 18			
51.	15	UNID.	MACHADINHA (CALCETEIROS)			
52.	15	UNID.	TARRACHA DE ½"			
53.	15	UNID.	TARRACHA DE ¾"			
54.	15	UNID.	TARRACHA DE 1"			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

55.	200	UNID.	CAPA DE CHUVA EM PVC COM MANGA COMPRIDA			
56.	10	UNID.	CINTO DE SEGURANÇA TALABARTE			
57.	40	UNID.	CONE DE SEGURANÇA - GRANDE - 75cm			
58.	03	UNID.	TRINCHA 38 mm 1 ½"			
59.	10	KG	BARBANTE FITILHO ROLO 250M COM 1KG			
60.	03	UNID.	PEDRA DE ESMERIL REBOLO CHANFRADO			
61.	01	UNID.	SERRA CIRCULAR PARA MADEIRA 7.1/4" 1800 WATTS DISCO DE 24 DENTES			
62.	15	UNID.	DISCO DE SERRA METAL DURA 180x20x24			
63.	01	UNID.	MOTO SERRA - MS 381			
64.	01	UNID.	MOTO SERRA - MS 660			
65.	01	UNID.	MOTO SERRA - MS 361			
66.	01	UNID.	ROÇADEIRA - FS 220 -GASOLINA			
67.	25	UNID.	CORRENTE P/ MOTO SERRA - MS 381			
68.	25	UNID.	CORRENTE P/ MOTO SERRA - MS 660			
69.	25	UNID.	CORRENTE P/ MOTO SERRA - MS 361			
70.	15	UNID.	LÂMINA DE SERRA P/ PODÃO			
71.	50	UNID.	LÂMINA FACA - STIHL FS 220			
72.	15	UNID.	LIMA PARA CORRENTE DE MOTO SERRA MOD. MS - 8" X 3/16			
73.	15	UNID.	LIMA REDONDA 8"			
74.	52	UNID.	VELA DE IGNIÇÃO P/ ROÇADEIRA - FS 220			
75.	25	UNID.	SERROTE P/ PODA - PROFISSIONAL COM LÂMINA DE 13' E CABO DE MADEIRA			
76.	15	UNID.	PAZINHA LARGA C/ CABO DE MADEIRA 9cm (JARDIM)			
77.	05	UNID.	ABRIDOR DE COVAS METÁLICO COM CABO DE MADEIRA (JARDIM)			
78.	05	UNID.	SACHO COM PÁ			
79.	05	UNID.	SACHO CORAÇÃO			
80.	01	UNID.	ESCADA EXTENSIVA DE FIBRA - C/35 DEGRAUS			
81.	01	UNID.	ESCADA EXTENSIVA DE FIBRA - C/16 DEGRAUS			
82.	01	UNID.	ESCADA EXTENSIVA DE FIBRA - 2 LANCES - (420M)			
83.	15	UNID.	REGADOR - 10 LITROS			
84.	15	ROLO.	TELA DE NAYLON(MOSQUITEIRO) ROLO COM 10M X 1,50M			
85.	15	UNID.	TESOURA DE PODA - CORNETA - PEQUENA 8"			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

86.	40	UNID.	TESOURA DE CORTAR GRAMA, CABO DE MADEIRA, LÂMINA EM AÇO 52 CM.			
87.	25	UNID.	SERROTE FIXO PARA PODA COM LÂMINA DE 12"			
88.	25	UNID.	PODÃO MANUAL P/ ARVORES - COM CABO			
89.	25	UNID.	FACÃO DE MATO 14" POLEGADAS			
90.	25	UNID.	FACÃO DE MATO 16" POLEGADAS			
91.	25	UNID.	FACÃO DE MATO 18" POLEGADAS			
92.	10	UNID.	CATANA 56 cm			
93.	01	UNID.	FOICE ROÇADEIRA COM CABO DE EUCALIPTO COM OLHO DE:32MM CABO DE MADEIRA: 120 CM			
94.	02	UNID.	JOGO DE CHAVE DE FENDA PHILIPS – TWISTER (5 PEÇAS)			
95.	01	UNID.	JOGO DE CHAVE TRAFIX COM 9 PEÇAS			
96.	01	UNID.	JOGO DE CHAVE DE BOCA 6mm a 32mm			
97.	100	PAR	BOTA CANO LONGO - BORRACHA -nº40			
98.	100	PAR	BOTA CANO LONGO - BORRACHA -nº41			
99.	100	PAR	BOTA CANO LONGO - BORRACHA -nº42			
100.	50	PAR	BOTA CANO LONGO - BORRACHA -nº43			
101.	40	PAR	BOTA CANO LONGO - BORRACHA -nº44			
102.	05	UNID.	CINTO DE SEGURANÇA COM TALABARTE			
103.	25	ROLO	FITA DE ISOLAMENTO ZEBRADA, AMARELO E PRETO, 7,6 CM X 300 M /ROLO			
104.	200	PAR	LUVA DE MÃO PVC - FORRADA - 65mm			
105.	200	PAR	LUVA DE MÃO CANO CURTO - VAQUETA MISTA			
106.	50	PAR	LUVA DE MÃO CANO LONGO - VAQUETA MISTA			
107.	25	UNID.	ÓCULOS DE PROTEÇÃO SPECTRA 2000 - INCOLOR (OPERADOR DE MÁQUINAS)			
108.	100	PAR	BOTINA DE SEGURANÇA CANO CURTO - nº40			
109.	100	PAR	BOTINA DE SEGURANÇA CANO CURTO - nº41			
110.	100	PAR	BOTINA DE SEGURANÇA CANO CURTO - nº42			
111.	50	PAR	BOTINA DE SEGURANÇA CANO CURTO - nº43			
112.	40	PAR	BOTINA DE SEGURANÇA CANO CURTO - nº44			
113.	20	PAR	BOTA TIPO XANCA P/ ASFALTO nº 42			
114.	20	PAR	BOTA TIPO XANCA P/ ASFALTO nº 43			
115.	15	UNID.	AVENTAL RASPA DE COURO PARA ROÇADOR			
116.	40	UNID.	COLETE TIPO BLUSÃO INTEIRO - COR LARANJA COM REFLETIVO CRISTAL PARA ENCARREGADO			



Processo nº 9.320/2019
Rubrica: _____ Fls. _____

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

117.	400	M	CORDA POLIAMIDA COM ALMA - 10mm			
118.	400	M	CORDA POLIAMIDA COM ALMA - 12mm			
119.	200	M	CORDA POLIAMIDA 12mm PARA TRAVA QUEDAS			
120.	200	M	CORDA POLIAMIDA 12mm 1/2			
121.	10	UNID.	MOSQUETÃO AÇO CARBONO OVAL TRAVA ROSCA 25 KN (2500Kg)			
122.	80	UNID.	VARETA EM AÇO, DIÂMETRO 5/16" - 1,52M COM ACOPLER DE ROSCAR EM AÇO CARBONO COM TRATAMENTO TÉRMICO E REVENIMENTO, DIÂMETRO 7/8"			
123.	6.000	METRO	SARRAFO DE MADEIRA PINUS DE 05 CM X 3M X 2,5CM			
124.	6.000	METRO	SARRAFO DE MADEIRA PINUS DE 10 CM X 3M X 2,5CM			
125.	6.000	METRO	SARRAFO DE MADEIRA PINUS DE 15 CM X 3M X 2,5CM			
126.	6.000	METRO	TÁBUA DE MADEIRA PINUS 20 CM X 3 M X 2,5CM			
127.	6.000	METRO	TÁBUA DE MADEIRA PINUS 30 CM X 3 M X 2,5CM			
128.	6.000	METRO	PONTALETE EM PINUS 3X3" COM 3 M			
129.	05	UND	FORMA METÁLICA MANUAL PARA BLOCOS DE CONCRETO 9 X 19X 39			
130.	05	UND	FORMA METÁLICA MANUAL PARA BLOCOS DE CONCRETO 14 X 19X 39			
131.	1.000	KILO	ARAME RECOZIDO			
132.	600	VARA	AÇO CA 60 4.2 MM (C/12M)			
133.	1.500	VARA	AÇO CA 50 6.3 MM (C/12M)			
134.	1.000	VARA	AÇO CA 50 8.0 MM (C/12M)			
135.	1.000	VARA	AÇO CA 50 10 MM (C/12M)			
136.	1.000	VARA	AÇO CA 50 12,5 MM (C/12M)			
137.	1.000	KILO	PREGO 18X30"			
138.	15	UND	LONA CARRETEIRO ENCERADA MEDINDO 7X4 M			
Valor Total:						
TOTAL POR EXTENSO R\$ _____						
DATA _____						
CARIMBO E ASSINATURA DA PROPONENTE						

Obs.: Havendo divergência entre as especificações da codificação CATMAT e o descritivo constante no Termo de Referência e Proposta Comercial prevalecerá o Termo de Referência e Proposta Comercial em consonância ao Princípio da Vinculação ao Ato Convocatório.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
ANEXO III
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	UNID.	PREÇO	
				UNIT	TOTAL
01	PREGO – 17X27"	1100	KG	8,64	9.504,00
02	COLHER DE PEDREIRO DE 8"	30	UND	8,90	267,00
03	COLHER DE PEDREIRO DE 6"	15	UND	7,56	113,40
04	PÁ QUADRADA COM CABO	100	UND	18,48	1.848,00
05	PÁ DE BICO COM CABO	100	UND	17,35	1.735,00
06	ENXADA Nº 16 COM CABO	100	UND	19,59	1.959,00
07	CHIBANCA COM CABO	50	UND	36,41	1.820,50
08	PICARETA COM CABO	50	UND	36,10	1.805,00
09	CARRINHO DE MÃO, CAÇAMBA CHAPA 24 DE AÇO CARBONO GALVANIZADA, ESPESSURA (0,60mm), CAPACIDADE DE CARGA SECA 80 L., CARGA LIQUIDA 65 L., PNEU 2 LONAS 8".	153	UND	266,00	40.698,00
10	ALAVANCA DE FORÇA RETO (PÉ DE CABRA) 50 cm	50	UND	21,90	1.095,00
11	CAVADEIRA ARTICULADA DE 1,40M	50	UND	19,65	982,50
12	CAVADEIRA DE FERRO DE BOLA (AÇO LISA PRETA ¾" 1,5)	50	UND	40,13	2.006,50
13	FOICE COM CABO EUCALIPTO COM OLHO DE: 32 MM CABO DE MADEIRA: 120 CM PINTURA: VERNIZ TRANSPARENTE.	40	UND	28,48	1.139,20
14	RASTELO COM CABO 12 DENTES	100	UND	15,34	1.534,00
15	GADANHO FORCADO 4 DENTES COM CABO	50	UND	33,25	1.662,50
16	GARFO COM CABO 4 DENTES	50	UND	41,75	2.087,50
17	ANCINHO DE 12 DENTES COM CABO	100	UND	10,94	1.094,00
18	ANCINHO DE 8 DENTES COM CABO	50	UND	14,97	748,50
19	MACHADO COM CABO CABEÇA EM AÇO FORJADO DE 600GRS CABO DE MADEIRA ENVERNIZADO COMPRIMENTO: 385MM	20	UND	35,95	719,00
20	BALDE PLÁSTICO DE 12L	200	UND	6,10	1.220,00
21	MARTELO DE PEDREIRO 25 mm	20	UND	15,40	308,00
22	MARTELO DE CALCETEIRO 500gr.	3	UND	21,77	65,31
23	MARTELO DE UNHA 23 mm	20	UND	16,24	324,80
24	DESEMPENADEIRA DE MADEIRA 20X32	30	UND	9,27	278,10
25	MARRETA DE 2 KG COM CABO	30	UND	21,27	638,10
26	MARRETA DE 3 KG COM CABO	30	UND	42,66	1.279,80
27	MARRETA DE 5 KG COM CABO	30	UND	49,21	1.476,30
28	PONTEIRO DE ¾" GRANDE	50	UND	13,25	662,50
29	PONTEIRO DE ¾" PEQUENO	50	UND	14,76	738,00
30	TALHADEIRA DE FERRO ¾ COM 30cm	50	UND	15,94	797,00
31	PENEIRA Nº. 10 MÉDIA	50	UND	18,66	933,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

32	ARCO DE SERRA 12"	40	UND	18,78	751,20
33	NÍVEL DE MADEIRA 30 cm C/ 12"-BAMBU	10	UND	9,54	95,40
34	PRUMO DE PEDREIRO-LATÃO 500gr	10	UND	18,60	186,00
35	PRUMO DE CENTRO- 200gr	10	UND	20,38	203,80
36	VASSOURA TIPO GARI	753	UND	9,28	6.987,84
37	CABO DE VASSOURA	1000	UND	2,98	2.980,00
38	RÉGUA DE ALUMÍNIO COM 2M	20	UND	16,90	338,00
39	SERROTE, LÂMINA EM AÇO CARBONO TEMPERADO E LIXADO, CABO DE MADEIRA, DENTES TRAVADOS, CINCO DENTES POR POLEGADA, TAMANHO 26"	40	UND	42,26	1.690,40
40	LINHA DE PEDREIRO TRANÇADA ROLO COM 100M	85	UND	2,98	253,30
41	METRO DE BAMBÚ COM 2 METROS	20	UND	8,72	174,40
42	BORRACHA DE NÍVEL CRISTAL 5/16X0,8M ROLO	50	UND	36,08	1.804,00
43	ESQUADRO EM CHAPA "L" GRANDE	15	UND	24,99	374,85
44	TORQUEZ 10"	20	UND	17,90	358,00
45	CABO PARA ENXADA	50	UND	8,03	401,50
46	CABO PARA PICARETA OU CHIBANCA	50	UND	11,55	577,50
47	ALICATE DE BICO 17mm	15	UND	17,62	264,30
48	ALICATE DE PRESSÃO 10"	15	UND	15,98	239,70
49	CHAVE DE GRIFE Nº 14	10	UND	19,66	196,60
50	CHAVE DE GRIFE Nº 18	10	UND	33,21	332,10
51	MACHADINHA (CALCETEIROS)	15	UND	30,48	457,20
52	TARRACHA DE 1/2"	15	UND	10,31	154,65
53	TARRACHA DE 3/4"	15	UND	12,78	191,70
54	TARRACHA DE 1"	15	UND	19,20	288,00
55	CAPA DE CHUVA EM PVC COM MANGA COMPRIDA	200	UND	10,19	2.038,00
56	CINTO DE SEGURANÇA TALABARTE	10	UND	124,73	1.247,30
57	CONE DE SEGURANÇA - GRANDE - 75cm	240	UND	21,90	5.256,00
58	TRINCHA 38 mm 1 1/2"	3	UND	2,27	6,81
59	BARBANTE FITILHO ROLO 250M COM 1KG	10	KG	9,00	90,00
60	PEDRA DE ESMERIL REBOLO CHANFRADO	3	UND	23,51	70,53
61	SERRA CIRCULAR PARA MADEIRA 7.1/4" 1800 WATTS DISCO DE 24 DENTES	1	UND	458,84	458,84
62	DISCO DE SERRA METAL DURA 180x20x24	15	UND	23,14	347,10
63	MOTO SERRA - MS 381	1	UND	788,74	788,74
64	MOTO SERRA - MS 660	1	UND	788,74	788,74
65	MOTO SERRA - MS 361	1	UND	788,74	788,74
66	ROÇADEIRA - FS 220 -GASOLINA	2	UND	2519,00	5.038,00
67	CORRENTE P/ MOTO SERRA - MS	25	UND	52,11	1.302,75



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

	381				
68	CORRENTE P/ MOTO SERRA - MS 660	25	UND	61,50	1.537,50
69	CORRENTE P/ MOTO SERRA - MS 361	25	UND	64,26	1.606,50
70	LÂMINA DE SERRA P/ PODÃO	15	UND	45,25	678,75
71	LÂMINA FACA - STIHL FS 220	52	UND	25,67	1.334,84
72	LIMA PARA CORRENTE DE MOTO SERRA MOD. MS - 8" X 3/16	15	UND	5,04	75,60
73	LIMA REDONDA 8"	15	UND	4,90	73,50
74	VELA DE IGNIÇÃO P/ ROÇADEIRA - FS 220	52	UND	16,30	847,60
75	SERROTE P/ PODA - PROFISSIONAL COM LÂMINA DE 13' E CABO DE MADEIRA	25	UND	53,66	1.341,50
76	PAZINHA LARGA C/ CABO DE MADEIRA 9cm (JARDIM)	15	UND	7,32	109,80
77	ABRIDOR DE COVAS METÁLICO COM CABO DE MADEIRA (JARDIM)	5	UND	12,22	61,10
78	SACHO COM PÁ	5	UND	19,36	96,80
79	SACHO CORAÇÃO	5	UND	19,17	95,85
80	ESCADA EXTENSIVA DE FIBRA - C/35 DEGRAUS	1	UND	844,98	844,98
81	ESCADA EXTENSIVA DE FIBRA - C/16 DEGRAUS	2	UND	499,00	998,00
82	ESCADA EXTENSIVA DE FIBRA - 2 LANCES - (420M)	1	UND	759,05	759,05
83	REGADOR - 10 LITROS	15	UND	16,90	253,50
84	TELA DE NAYLON(MOSQUITEIRO) ROLO COM 10M X 1,50M	15	ROLO	27,96	419,40
85	TESOURA DE PODA - CORNETA - PEQUENA 8"	15	UND	32,23	483,45
86	TESOURA DE CORTAR GRAMA, CABO DE MADEIRA, LÂMINA EM AÇO 52 CM.	42	UND	26,73	1.122,66
87	SERROTE FIXO PARA PODA COM LÂMINA DE 12"	25	UND	25,53	638,25
88	PODÃO MANUAL P/ ARVORES - COM CABO	25	UND	28,32	708,00
89	FACÃO DE MATO 14" POLEGADAS	25	UND	15,24	381,00
90	FACÃO DE MATO 16" POLEGADAS	25	UND	13,80	345,00
91	FACÃO DE MATO 18" POLEGADAS	25	UND	17,82	445,50
92	CATANA 56 cm	10	UND	24,00	240,00
93	FOICE ROÇADEIRA COM CABO DE EUCALIPTO COM OLHO DE:32MM CABO DE MADEIRA: 120 CM	1	UND	20,60	20,60
94	JOGO DE CHAVE DE FENDA PHILIPS – TWISTER (5 PEÇAS)	3	UND	29,90	89,70
95	JOGO DE CHAVE TRAFIX COM 9 PEÇAS	2	UND	34,95	69,90
96	JOGO DE CHAVE DE BOCA 6mm a 32mm	2	UND	130,44	260,88
97	BOTA CANO LONGO - BORRACHA -nº40	100	PAR	22,98	2.298,00



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

98	BOTA CANO LONGO - BORRACHA - nº41	100	PAR	25,10	2.510,00
99	BOTA CANO LONGO - BORRACHA - nº42	100	PAR	25,84	2.584,00
100	BOTA CANO LONGO - BORRACHA - nº43	50	PAR	25,65	1.282,50
101	BOTA CANO LONGO - BORRACHA - nº44	40	PAR	27,48	1.099,20
102	CINTO DE SEGURANÇA COM TALABARTE	5	UND	220,00	1.100,00
103	FITA DE ISOLAMENTO ZEBRADA, AMARELO E PRETO, 7,6 CM X 300 M /ROLO	27	ROLO	7,52	203,04
104	LUVA DE MÃO PVC - FORRADA - 65mm	200	PAR	8,99	1.798,00
105	LUVA DE MÃO CANO CURTO - VAQUETA MISTA	203	PAR	7,10	1.441,30
106	LUVA DE MÃO CANO LONGO - VAQUETA MISTA	50	PAR	15,10	755,00
107	ÓCULOS DE PROTEÇÃO SPECTRA 2000 - INCOLOR (OPERADOR DE MÁQUINAS)	25	UND	5,90	147,50
108	BOTINA DE SEGURANÇA CANO CURTO - nº40	100	PAR	23,66	2.366,00
109	BOTINA DE SEGURANÇA CANO CURTO - nº41	100	PAR	21,16	2.116,00
110	BOTINA DE SEGURANÇA CANO CURTO - nº42	100	PAR	23,99	2.399,00
111	BOTINA DE SEGURANÇA CANO CURTO - nº43	50	PAR	23,99	1.199,50
112	BOTINA DE SEGURANÇA CANO CURTO - nº44	40	PAR	23,99	959,60
113	BOTA TIPO XANCA P/ ASFALTO nº 42	20	PAR	19,96	399,20
114	BOTA TIPO XANCA P/ ASFALTO nº 43	20	PAR	19,96	399,20
115	AVENTAL RASPA DE COURO PARA ROÇADOR	17	UND	19,07	324,19
116	COLETE TIPO BLUSÃO INTEIRO - COR LARANJA COM REFLETIVO CRISTAL PARA ENCARREGADO	40	UND	28,02	1.120,80
117	CORDA POLIAMIDA COM ALMA - 10mm	400	M	2,37	948,00
118	CORDA POLIAMIDA COM ALMA - 12mm	400	M	2,89	1.156,00
119	CORDA POLIAMIDA 12mm PARA TRAVA QUEDAS	200	M	3,57	714,00
120	CORDA POLIAMIDA 12mm 1/2	200	M	4,42	884,00
121	MOSQUETÃO AÇO CARBONO OVAL TRAVA ROSCA 25 KN (2500Kg)	10	UND	19,00	190,00
122	VARETA EM AÇO, DIÂMETRO 5/16" - 1,52M COM ACOPLER DE ROSCAR EM AÇO CARBONO COM TRATAMENTO TÉRMICO E REVENIMENTO, DIÂMETRO 7/8"	80	UND	38,99	3.119,20



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

123	SARRAFO DE MADEIRA PINUS DE 05 CM X 3M X 2,5CM	6000	METRO	1,16	6.960,00
124	SARRAFO DE MADEIRA PINUS DE 10 CM X 3M X 2,5CM	6000	METRO	2,66	15.960,00
125	SARRAFO DE MADEIRA PINUS DE 15 CM X 3M X 2,5CM	6000	METRO	3,10	18.600,00
126	TÁBUA DE MADEIRA PINUS 20 CM X 3 M X 2,5CM	6000	METRO	8,44	50.640,00
127	TÁBUA DE MADEIRA PINUS 30 CM X 3 M X 2,5CM	6000	METRO	7,53	45.180,00
128	PONTALETE EM PINUS 3X3" COM 3 M	6000	METRO	3,76	22.560,00
129	FORMA METÁLICA MANUAL PARA BLOCOS DE CONCRETO 9 X 19X 39	5	UND	58,65	293,25
130	FORMA METÁLICA MANUAL PARA BLOCOS DE CONCRETO 14 X 19X 39	5	UND	58,65	293,25
131	ARAME RECOZIDO	1000	KILO	7,73	7.730,00
132	AÇO CA 60 4.2 MM (C/12M)	600	VARA	6,53	3.918,00
133	AÇO CA 50 6.3 MM (C/12M)	1000	VARA	12,69	12.690,00
134	AÇO CA 50 8.0 MM (C/12M)	1000	VARA	21,30	21.300,00
135	AÇO CA 50 10 MM (C/12M)	1500	VARA	28,90	43.350,00
136	AÇO CA 50 12,5 MM (C/12M)	1000	VARA	44,21	44.210,00
137	PREGO 18X30"	1000	KILO	8,50	8.500,00
138	LONA CARRETEIRO ENCERADA MEDINDO 7X4 M	15	UND	59,75	896,25
VALOR TOTAL POR EXTENSO: QUATROCENTOS E SETENTA E UM MIL, QUINHENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS E SESSENTA E NOVE CENTAVOS.					

VALOR TOTAL DA SEMDUR: R\$ 466.080,20

VALOR TOTAL SEMEL: R\$ 5.514,49

VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: 471.594,69.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
ANEXO IV

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
N.º ____/2019

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO**, com sede à Rua Feliciano Sodré, 100, Centro, na cidade de São Gonçalo, neste ato representado(a) pelo _____ **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO** nomeado(a) pela Portaria nº ____ de ____ de ____ de 20____, publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de São Gonçalo de ____ de ____ de 20____, inscrito(a) no CPF sob o nº ____-____-____ portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 061/2019, publicada no ____ de ____/____/2019, processo administrativo nº 9.085/2018, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto Municipal nº 057, de 2009, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de **ferramentas necessárias para atendimento da necessidade dos DCO'S e Parques E Jardins e Usina do Município de São Gonçalo – RJ**, especificado no item 4 do Termo de Referência, anexo I do edital de *Pregão Eletrônico* SRP PMSG nº 061/2019, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Un	Prazo garantia ou validade

3. ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)

3.1. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. VALIDADE DA ATA



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, contados a partir de sua publicação, não podendo ser prorrogada.

5. REVISÃO E CANCELAMENTO

5.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

5.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

5.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

5.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

5.8. O cancelamento de registros de preços nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- 5.9.1. por razão de interesse público; ou
- 5.9.2. a pedido do fornecedor.

6. CONDIÇÕES GERAIS

6.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

6.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do Decreto Municipal n. 057, de 2009.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Local e data
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s).